



PAUTA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, na reunião que ocorrerá no dia 25/2/2025, às 10h, na sala de reuniões, deliberará sobre as seguintes matérias:

1 - PL 245/2024

Autor: Deputado Milton Scheffer (PP)

Relator: Deputado Alex Brasil (PL)

A proposição assegura a continuidade no fornecimento de energia elétrica à residência habitada por pessoa idosa ou com doença crônica cujo tratamento necessite o uso contínuo de equipamentos elétricos.

2 - PL 222/2024

Autor: Deputado Mauricio Eskudlark (PL)

Relator: Deputado Alex Brasil (PL)

O projeto institui a política estadual de saúde mental aos agentes das carreiras da segurança pública do estado.

Aos integrantes da policias civil e militar, bombeiros militares e policiais penais e científicos serão asseguradas as seguintes ações: participação da sociedade e da família na promoção da saúde mental, assistência aos acometidos de transtorno mental com o objetivo de recuperar a saúde mental, promoção de qualidade de vida, elaboração de programas sobre a conscientização acerca do suicídio, acompanhamento psicológico regular e combate às formas de isolamento, desqualificação e discriminação no ambiente de trabalho.

3 - PL 338/2024

Autor: Deputado Matheus Cadorin (NOVO)

Relator: Deputado Alex Brasil (PL)

A proposição tem por finalidade incentivar o uso da plataforma Framework Fiware nos sistemas de tecnologia da informação e comunicação no âmbito da administração pública do estado.

O referido sistema tem sido amplamente adotado na União Européia e garante a interoperabilidade entre diferentes programas de tecnologia da informação de modo seguro e eficiente.

De acordo com o autor da proposta, “na prática, isso significa que dados e informações podem ser compartilhados entre diversas plataformas e departamentos governamentais, eliminando a fragmentação de sistemas e promovendo uma gestão pública mais coesa e eficiente. Por exemplo, a integração dos sistemas de saúde com sistemas de transporte pode otimizar o atendimento de emergências, enquanto a coordenação entre sistemas de gestão urbana e ambiental pode melhorar a resposta aos desastres naturais”.

4 – MSV 881/2025

Autor: Governador do Estado

Relator: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

A mensagem do Chefe do Poder Executivo que vetou o inc. VII do art. 4º da Lei Complementar n. 831/2023, inserido pelo Projeto de Lei Complementar n. 14/2024 que fora aprovado pelo Parlamento Catarinense.

A alteração pretendeu obrigar as instituições integrantes do Programa Universidade Gratuita a terem curso autorizado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) ou pelo Conselho Estadual de Educação (CEE).

5 - PL 2/2025

Autor: Deputada Paulinha (PODEMOS)

Relator: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

A proposta isenta os veículos usados exclusivamente por centros de formação de condutores para fins de instrução e treinamento de condutores do pagamento do IPVA.

6 - PL 7/2025

Autor: Deputado Matheus Cadorin (NOVO)

Relator: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

O projeto permite sejam considerados como endereço fiscal os escritórios de uso compartilhado, denominados *coworkings*.

Todavia, para assim serem considerados, os espaços de trabalho deverão atender alguns requisitos, tais como: a) estarem registrados formalmente como prestadores de serviços, b) alvará de funcionamento e, ainda, c) dados das empresas que utilizam o espaço e de seu responsável legal.

7 - PL 577/2024

Autor: Deputado Fabiano da Luz (PT)

Relator: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

O projeto isenta do pagamento do IPVA os veículos a partir de 15 anos de sua fabricação.

8 - PL 327/24

Autor: Deputado Marcius Machado (PL)

Relator: Deputado Matheus Cadorin (NOVO)

A proposta altera o critério para a concessão do benefício bolsa-atleta, previsto na Lei n. 18.335/2022.



Atualmente, o benefício é concedido aos atletas que tenham nascido ou se formado esportivamente no estado, mas o projeto de lei permitirá seja dado a todos aqueles que residirem no estado ou nele se formarem esportivamente por mais de cinco anos.

9 - PL 5/25

Autor: Deputada Paulinha (PODEMOS)

Relator: Deputado Matheus Cadorin (NOVO)

A proposta tem por finalidade promover a segurança alimentar e o uso sustentável dos espaços públicos, incentivando a criação de hortas comunitárias e o cultivo de alimentos nas praças públicas, terrenos baldios e áreas não utilizadas.

O projeto prevê a participação da comunidade local na gestão das hortas, e a integração delas com programas de assistência social e saúde pública.

10 - PL 323/24

Autor: Deputado Sargento Lima (PL)

Relator: Deputado Matheus Cadorin (NOVO)

O projeto obriga as instituições financeiras credoras dos automóveis que tiverem obtido a quitação das parcelas a realizarem a comunicação ao Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN).

A medida busca agilizar e evitar fraudes no processo de transferência da propriedade do automóvel.

11 - PL 542/24

Autor: Deputado Pepê Collaço (PP)

Relator: Deputado Volnei Weber (MDB)

A proposição pretende a inclusão das disciplinas Educação Moral e Cívica no currículo das escolas públicas e privadas do estado, a ser ministrada em horário regular.

A intenção da medida é difundir e tornar compreensível os fundamentos da República Federativa do Brasil, estimulando o aprendizado e o exercício da cidadania já desde os bancos escolares.

12 - PL 306/24

Autor: Deputado Cleiton Fossá (PSD)

Relator: Deputado Pepê Collaço (PP)

O projeto isenta os herdeiros portadores de doenças graves com rendimento igual ou inferior a cinco salários mínimos do pagamento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), independentemente dos valores dos bens herdados.

13 - PL 428/2024

Autor: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

Relator: Deputado Pepê Collaço (PP)

A proposta institui o programa de combate ao transtorno do jogo, denominado ludopatia.

O programa terá por finalidade o combate ao vício em apostas e jogos de azar, bem como às práticas abusivas que incentivem o vício, além do esclarecimento acerca da diferença entre aposta e investimento financeiro.

Outra medida será a criação do “Cadastro Anti-Aposta”, no qual a pessoa poderá se inscrever como prova de sua vulnerabilidade, e, assim, passará receber cartilha sobre vícios em apostas e jogos de azar, além de tratamento específico.

A inscrição no cadastro impedirá que a pessoa nele cadastrada seja alvo de publicidade em apostas e jogos de azar, sob pena de multa e até interdição do estabelecimento.

14 - PL 569/2024

Autor: Deputado Estener Soratto (PL)

Relator: Deputado Pepê Collaço (PP)

A proposta institui a Rota do Turismo Integrado denominada “Rota do Big Surfe”, abrangendo os municípios de Jaguaruna, Laguna, Imbituba e Garopaba.

A proposição tem por finalidade o incentivo da prática e o turismo associado ao surfe de ondas grandes, além do fomento da economia local, abrangendo setores como hotelaria, gastronomia, comércio, serviços e indústria esportiva.

15 - PL 419/2024

Autor: Deputado Marcius Machado (PL)

Relator: Deputado Fabiano da Luz (PT)

O projeto altera para quatro semanas o período das férias escolares de inverno nas cidades da Serra Catarinense, diminuindo em duas semanas as de verão nessas localidades.

16 - PL 15/2025

Autor: Deputado Padre Pedro (PT)

Relator: Deputado Fabiano da Luz (PT)

A proposta institui o programa estadual de reflorestamento proporcional ao número de domicílios nos municípios catarinenses.

De acordo com o projeto, os municípios deverão executar as ações de reflorestamento em número equivalente aos domicílios do estado e a produção das mudas necessárias à consecução do programa será feita pelas escolas agrícolas do estado.

17 - PL 561/2024

Autor: Deputado Marcos da Rosa (UNIÃO BRASIL)

Relator: Deputado Fabiano da Luz (PT)

O projeto obriga o ensino de Libras, a língua brasileira de sinais, nas escolas das redes pública e privada do estado, a ser feito de modo progressivo, iniciando-se nas séries do ensino fundamental e estendendo-se até o final do ensino médio, com a inclusão gradual do currículo escolar.

18 - MSV 718/2024

Autor: Governador do Estado

Relator: Deputado Marcius Machado (PL)

A mensagem de veto do Chefe do Poder Executivo proibindo a Lei n. 283/2019 aprovada pelo Parlamento Catarinense.

A inovação promovida pelo projeto de lei possibilitou o livre embarque e desembarque, com o angariamento de passageiros ao longo de percurso e o fracionamento do valor do serviço correspondente ao trecho, no transporte de fretamento, realizado por empresas privadas.

19 – PL 399/2024

Autor: Deputado Lucas Neves (PODEMOS)

Relator: Deputado Marcius Machado (PL)

A proposta institui o programa de controle de diabetes na escola, sendo destinado a alunos de baixa renda do ensino infantil, fundamental e médio.

Serão considerados alunos de baixa renda aqueles inscritos no cadastro único para programas sociais do Governo Federal, observando o limite de até três salários-mínimos por grupo familiar ou de meio salário-mínimo *per capita*.

20 – PL 282/2024

Autor: Deputado Marcos da Rosa (UNIÃO BRASIL)

Relator: Deputado Marcius Machado (PL)

O projeto estende às pessoas com epilepsia os direitos conferidos àquelas com deficiência, previstos na Lei n. 17.292/2017.

21 – PL 86/2024

Autor: Deputada Ana Campagnolo (PL)

Relator: Deputado Marcius Machado (PL)

A proposta legislativa dispõe sobre os critérios para a identificação do gênero masculino e feminino no estado.

Nos seus termos, o sexo de um indivíduo é definido como seu sexo biológico por ocasião do nascimento. Assim, será denominada de mulher, a pessoa cujo sistema reprodutivo é naturalmente projetado para produzir óvulos, e de homem, o indivíduo projetado para fertilizar óvulos.

Esses parâmetros deverão ser adotados em competições esportivas, prisões, abrigos de vítimas de violência doméstica ou estupro, vestiários, banheiros, além de órgãos que promovam a coleta de dados de saúde pública, criminalidade, índices econômicos ou outros números oficiais.

22 – PL 18/2025

Autor: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

Relator: Deputado Mauro de Nadal (MDB)

O projeto cria o programa de incentivo à leitura nas escolas públicas do estado, com o objetivo de promover a formação de leitores competentes e críticos capazes de interpretar e interagir com diferentes tipos de texto.

Nos termos da proposta, os alunos deverão ler um livro por mês, no mínimo, escolhido dentre aqueles constantes de uma lista de obras recomendadas pela Secretaria Estadual de Educação.

23 – PL 509/2024

Autor: Deputado Sérgio Guimarães (UNIÃO BRASIL)

Relator: Deputado Mauro de Nadal (MDB)

O projeto isenta os responsáveis por pacientes diagnosticados com transtorno do espectro autista (TEA) do pagamento do imposto sobre a propriedade (IPVA), desde que o automóvel seja utilizado exclusivamente para o transporte do paciente.

24 – PEC 7/2024

Autor: Deputada Paulinha (PODEMOS)

Relator: Deputado Mauro de Nadal (MDB)

A proposta de emenda à Constituição Estadual tem por finalidade autorizar o estabelecimento de acordos bilaterais de mútuo interesse, a serem pactuados entre municípios catarinenses, ou entre um catarinense e outro de qualquer Estado do país.

O pacto busca a formalização de cooperação entre os entes signatários em caso de calamidade pública.

25 – PEC 5/2024

Autor: Deputado Mário Motta (PSD)

Relator: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

A proposta de emenda constitucional determina que, no âmbito do Poder Executivo Estadual, o controle interno seja exercido pela Controladoria-Geral do estado, nos termos de lei complementar, que definirá sua estrutura, competências, direitos, garantias, deveres e prerrogativas de seus integrantes.

26 – PL 85/2024

Autor: Deputada Jana Guedes (PDT)

Relator: Deputado Fabiano da Luz (PT)

A proposta legislativa que determina a inserção, na grade curricular do ensino estadual, de matérias relativas aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, adolescente e à mulher.

27 – PL 198/2024

Autor: Deputada Paulinha (PODEMOS)

Relator: Deputado Napoleão Bernardes (PSD)

O projeto institui o sistema estadual de prevenção, informações e monitoramento de desastres naturais.

O sistema abrange ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação voltadas à proteção e apoio das comunidades atingidas pelos desastres naturais.

O programa determina que o estado mantenha linha de crédito específica, por intermédio das agências de fomento, a ser destinada ao investimento em empresas situadas em municípios que forem atingidos por situação de emergência.

Outra inovação da proposta legislativa diz respeito à autorização de transferência de bens apreendidos em operações de combate ao crime para a defesa civil e órgãos de proteção.

Ana Cláudia Torret Rocha

Comissão de Constituição e Justiça - CCJ

Coordenadoria das Comissões

(48) 3221-2576